

4 Brincar contra o aparelho jornal

Vilém Flusser (1985), imerso nos questionamentos da década de 80, argumentará, em ensaio para elaboração de uma filosofia da fotografia, que mais vale a quantidade numerosa de pontos de vista do que a qualidade deles. Também questionará a validade do pensamento que procura solucionar a questão: “afinal, as situações fotografadas encontram-se lá fora no mundo, ou dentro do próprio aparelho?”. Para ele, esta dúvida já não fazia mais sentido numa época em que o vetor da significação tinha sido invertido – agora, não o significado, mas o significante é a realidade. Neste novo cenário mundial, invadido pelas imagens técnicas, as novas situações só se tornam reais quando aparecem na fotografia. Antes disso, são somente virtualidades. De tal modo que a fotografia é a realidade.

Portanto, a práxis fotográfica seria programada (o fotógrafo só pode agir dentro das categorias programadas no aparelho) e contrária a toda ideologia (que significaria agarrar-se a um único ponto de vista). O motivo do fotógrafo seria realizar cenas jamais vistas, ou seja, cenas “informativas”. Mas toda fotografia, segundo Flusser, é resultado de colaboração e combate entre as intenções do fotógrafo e do aparelho. Enquanto o fotógrafo visa eternizar-se nos outros por intermédio da fotografia, o aparelho visa programar a sociedade através das fotografias para um comportamento que permita o aperfeiçoamento do próprio aparelho.

Como um típico produto pós-industrial, a fotografia seria um objeto de valor desprezível, carregando de valioso somente a informação contida nela. Por isso mesmo, para Flusser, o poder não estaria mais nas mãos de quem possui, mas de quem programa as informações e as distribui. Com relação a estes canais de distribuição, como os jornais, eles têm seus próprios programas.

Ao fotografar, o fotógrafo sabe que sua fotografia será aceita pelo jornal somente se esta se enquadrar em seu programa. De maneira que vai procurar driblar tal censura, ao contrabandear na fotografia elementos estéticos, políticos e epistemológicos não previstos no programa. Vai procurar submeter a intenção do jornal à sua. Este, por sua vez, embora possa descobrir tal tentativa astuciosa, pode vir a aceitar a fotografia com o propósito de enriquecer seu programa. Vai procurar recuperar a intenção subversiva. Pois bem, o que vale para jornais, vale para os demais canais de distribuição de fotografias, uma vez que todos revelarão, sob

análise crítica, a luta dramática entre a intenção do fotógrafo e a do aparelho distribuidor de fotografias (Flusser, 1985, p. 29).

Portanto, a função dos críticos de fotografia seria a de falar sobre esta luta entre fotógrafos e canais de distribuição. Na opinião de Flusser, se o crítico não age desta forma, o receptor da fotografia vai recebê-la de forma não-crítica. E assim, os aparelhos de distribuição poderão programar o receptor para o comportamento mágico, que serve de feedback para seus aparelhos.

Como já foi mencionado, a defesa da multiplicidade de pontos de vista como tábua de salvação para os males da sociedade pós-industrial vem sendo questionada ao longo dos últimos anos, especialmente pelo excesso de otimismo que pode obliterar o debate sobre questões de clivagens sociais, econômicas e tecnológicas que ainda persistem no cenário atual, a despeito da multiplicação de olhares. Também é questionável no pensamento de Flusser o novo papel que este atribui aos textos. Para ele, os textos tendem a ficar cada vez mais subservientes às imagens e podem mesmo ser dispensados. Em suas palavras, “atualmente, o iletrado participa da cultura dominada por imagens. Lutar contra o analfabetismo vai se revelando luta quixotesca” (Flusser, 1985, p. 31).

Não lutar contra o analfabetismo e acreditar que o iletrado participa efetivamente da cultura dominada por imagens, sem questionar de que forma isso se dá, quais são as relações de poder que ainda persistem, como a condição de analfabeto lhe permite certas opções e lhe impossibilita outras, etc. é uma posição típica do tempo em que o ensaio de Flusser foi elaborado. Posição ainda defendida por muitos, mas questionada por outros tantos. No entanto, o que se pretende aqui é retirar aquilo que de excessivamente otimista tem neste legado para aproveitar o que nos pode ser rico para efeito de contestação e modificação do cenário atual.

Prosseguindo com as reflexões de Flusser, cada vez mais a fotografia modelará seus receptores, servindo, desta forma, como objetos repressores da consciência histórica, fazendo funcionar o programa. No entanto, a consciência crítica pode ainda ser mobilizada. Por meio desta, a magia programada das fotografias dá-se a ver, torna-se transparente.

O aparelho fotográfico, apesar de ser fonte de robotização da vida, e produto de outros aparelhos (caixa preta composta de caixas pretas) pode e deve ser desafiado. No entanto, ao invés de criticar estes aparelhos tentando descobrir as

intenções humanas que levaram à sua produção, o que se deve fazer é encarar o automatismo de seu funcionamento. O automatismo dos aparelhos os tornam independentes do homem, portanto, o fotógrafo precisa encarar a automação, para então retomar seu poder.

Contra essa automação estúpida, lutam determinados fotógrafos, ao procurarem inserir intenções humanas no jogo. Os aparelhos, por sua vez, recuperam automaticamente tais esforços em proveito de seu funcionamento. O dever de uma filosofia da fotografia seria o de desmascarar esse jogo (Flusser, 1985, p.38).

Desta forma, só há liberdade possível quando a dirigimos aos fotógrafos. Eles, sim, possuem respostas libertadoras. Primeiro porque o aparelho é “infra-humanamente” estúpido e pode ser enganado, segundo porque seus programas permitem introdução de elementos humanos não previstos, além disso, seguindo a argumentação de Flusser, as informações produzidas e distribuídas por aparelhos podem ser desviadas da intenção dos aparelhos e submetidas a intenções humanas e, por último, mas não eliminando outras respostas possíveis, os aparelhos são desprezíveis. Daí porque, “liberdade é jogar contra o aparelho”(Flusser, 1985, p.41), e este é um jogo possível. No entanto, alguns o jogarão de forma inconsciente, outros o farão conscientemente, são os fotógrafos “experimentais”.

[Estes] sabem que os problemas a resolver são os da imagem, do aparelho, do programa e da informação. Tentam, conscientemente, obrigar o aparelho a produzir imagem informativa que não está em seu programa. Sabem que sua práxis é estratégia dirigida contra o aparelho (Flusser, 1985, p. 41).

Portanto, a intenção aqui é buscar no jornalismo o que pode haver de liberdade, de jogo contra o aparelho. Apesar de Flusser tratar essencialmente das imagens técnicas e entender os textos como signos da escrita em linhas, o que se pretende aqui é buscar neste pensamento conceitual - o jornal de origem moderna, que contribuiu para a generalização da consciência histórica - o que há de potencialidades. Apesar de ser também uma caixa preta, o discurso jornalístico pode ser suscetível ao jogo em que as intenções humanas prevalecem sobre as do aparelho e assim, contribuir para o aproveitamento de experiências desperdiçadas.

Boaventura de Sousa Santos (2002), partindo do pressuposto de que a experiência social em todo o mundo é muito mais ampla e variada do que a tradição científica ou filosófica ocidental conhece e considera importante, afirma

que o paradigma moderno dominante é responsável por um desperdício em larga escala destas experiências.

Se a razão moderna é hoje questionada, os efeitos de sua larga expansão e aplicação ainda são intensamente sentidos, especialmente por aqueles que estão à margem do discurso dominante. Estar à margem, dentro do discurso racional totalizante, é quase sempre ter sua existência negada. “Há produção de não-existência sempre que uma dada entidade é desqualificada e tornada invisível, ininteligível ou descartável de um modo irreversível” (Santos, 2002, p.12).

A compreensão ocidental do mundo, regida pelo que Boaventura chama de “razão indolente”, contrai o presente devido à sua concepção de totalidade, de forma que ele se torna um instante fugidio, esmagado entre o passado e o futuro. Este último, por sua vez, graças à concepção linear do tempo e à planificação da história, é expandido indefinidamente.

Uma prática contrária a esta seria regida pela “razão cosmopolita”, que Boaventura propõe como instrumento para conhecer-se e valorizar-se a inesgotável experiência social que está em curso na atualidade, da qual não nos damos conta. Para a engrenagem desta “razão cosmopolita”, três procedimentos sociológicos se fazem necessários: a sociologia das ausências, a sociologia das emergências e o trabalho de tradução. A primeira expande o presente, a segunda, contrai o futuro. Já o trabalho de tradução substitui a teoria geral, tratando-se de “um procedimento capaz de criar uma inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis sem destruir a sua identidade” (Santos, 2002, p.4).

O sociólogo ainda aponta cinco modos de produção da não-existência manifestados pela monocultura racional - a monocultura do saber (transforma a ciência moderna e a alta cultura em critérios únicos de verdade e de qualidade estética), a monocultura do tempo linear (idealiza a história com sentido único e conhecido), a monocultura da naturalização das diferenças (ou lógica da classificação social, em que se categorizam as populações, naturalizando a hierarquia entre elas), a lógica da escala dominante (a escala adotada como referência determina a irrelevância de todas as outras possíveis escalas) e a lógica produtivista (assenta-se nos critérios de produtividade capitalista).

Considerando estes cinco critérios, o Brasil já foi apresentado no discurso dominante moderno e centralista sob todas as formas sociais de não-existência: o ignorante, o residual, o inferior, o local e o improdutivo.

Como ressaltou João Feres Jr.(2005), estudando a história do conceito de *Latin America* nos Estados Unidos (incluindo o Brasil nesta denominação pouco precisa), o discurso das ciências sociais produzido nos países centrais vem perpetuando uma estrutura de oposição assimétrica que opõe povos culturalmente inferiores x povos culturalmente superiores (oposição assimétrica cultural), povos atrasados x povos adiantados (oposição assimétrica temporal) e povos racialmente inferiores x povos racialmente superiores (oposição assimétrica racial).

Sejam eles sociólogos, historiadores ou cientistas políticos, autores adotam um modelo idealizado da sociedade moderna americana e constroem uma imagem da *Latin America* que é uma coleção de imperfeições, omissões e negações desse modelo. Se a sociedade moderna americana é orientada para a realização e universalista, *Latin America* está presa à atribuição e ao particularismo. Se o individualismo moderno é a base da liberdade, democracia e progresso econômico, pessoal e político, o individualismo da *Latin America* é fonte de autoritarismo, machismo, caudilhismo e irracionalidade. As oposições são também temporais. Enquanto o Ocidente anglo-saxônico protestante é o farol do progresso e do desenvolvimento humanos, a *Latin America* católica é a prisão que mantém seus detentos congelados em um passado feudal. Por fim, ainda que de maneira marginal, há a sugestão ocasional de que a falta de modernidade da *Latin America* deve-se ao fato de sua população não ser branca (Feres Jr., 2005, p.42).

O discurso eurocêntrico colonialista está repleto de oposições dicotômicas, a partir das quais o aqui e o lá ganham demarcações fixas e irredutíveis, e uma pluralidade de experiências são desconsideradas ou desqualificadas *a priori*. Os critérios e hierarquias usados em larga escala pelo ocidente para desqualificar o outro e produzir mais do mesmo são arbitrários e precisam ser abandonados como estatutos de verdade absoluta.

É neste sentido que Boaventura propõe a sociologia das ausências, sem, no entanto, pretender substituir a versão eurocêntrica pela versão latino-americana ou afrocêntrica do mundo. Trazer à tona as experiências desperdiçadas, por meio desta nova sociologia, significa considerá-las como alternativas às experiências hegemônicas, por isso “a sua credibilidade pode ser discutida e argumentada e as suas relações com as experiências hegemônicas (podem) ser objeto de uma disputa política” (Santos, 2002, p.15).

O jornalismo, tal como o conhecemos atualmente, é um produto do século XIX, portanto, ainda que apresente algumas variações, sobretudo pela adaptação aos mais variados meios, permanece como um produto essencialmente moderno - especialmente se levarmos em conta os valores de imparcialidade, objetividade,

apreensão do real exatamente como ele é, capacidade do jornalista de afastar-se de seu objeto a fim de não se envolver com este, etc. Há de se levar em conta, portanto, sua contribuição para o desperdício de experiência social, e pesquisar em que medida o discurso jornalístico funciona como peça-chave na engrenagem da “razão indolente”.

Sendo assim, serão aqui analisadas reportagens do jornal americano *The New York Times*, publicadas no ano de 2006, cujas pautas se centravam nos biocombustíveis desenvolvidos no Brasil. De alguma maneira, o tema escolhido para ser trabalhado (a questão da matriz energética alternativa desenvolvida em solo brasileiro) faz parte deste rol de experiências desperdiçadas do qual trata Boaventura.

O aproveitamento do álcool como combustível, obtido através da manipulação da cana-de-açúcar, é um modo de obtenção de energia aplicado no Brasil há alguns anos. No entanto, a política internacional dos países centrais, o agravamento da dependência econômica dos países periféricos e os avanços tecnológicos ampliaram a dependência do petróleo no mundo todo, tornando as formas de produção ditas “alternativas” de energia algo inviável economicamente e desacreditado como meios de substituição ao combustível fóssil. O próprio adjetivo “alternativo” já confere um *status* de experiência secundária.

Sofrendo os altos e baixos da economia brasileira, o etanol também aqui passou por momentos de descrédito e outros de euforia. Com a relativa estabilização da economia nacional nos últimos dez anos, os usineiros voltaram a produzir para o mercado interno e o álcool passou a ser efetivamente uma alternativa à gasolina, junto ao gás natural, especialmente como combustível para automóveis.

Após a guerra contra o Afeganistão ser iniciada, em decorrência do atentado do 11 de setembro de 2001, e as relações com o Iraque tornadas ainda piores, os Estados Unidos voltaram a pensar a respeito de sua extrema dependência da gasolina. E chegaram à conclusão de que o quadro era preocupante e ameaçador. Neste momento, grandes montadoras de veículos já vendiam para o mercado interno brasileiro um número crescente de *flex fuel*, automóveis que aceitam outros tipos de combustíveis, além da gasolina.

Em 2006, o presidente norte-americano George W. Bush, em discurso, declarou que os americanos eram extremamente dependentes da gasolina e

precisavam aprender a consumir menos quantidade do produto e encontrar uma alternativa. Os Estados Unidos começavam a olhar para as alternativas encontradas por seus vizinhos, e lá estava o Brasil utilizando já em larga escala o álcool em seus automóveis.

A tecnologia, até então figurada dentro do discurso dominante sob uma manta de ocultação e descrédito, se tornava a tábua de salvação do mundo globalizado capitalista irremediavelmente dependente de energia. O Brasil passa a ser o outro cujas experiências locais, produzidas como não-existências, precisam ser reveladas, esmiuçadas, postas em evidência.

No entanto, como observa Boaventura, para combater o desperdício de experiências sociais não basta propor um outro tipo de ciência social (as sociologias da ausência e da emergência). Tampouco basta a invenção de um novo tipo de jornalismo para que este seja capaz de evidenciar o ausente. Para tanto, é necessário um outro tipo de racionalidade. É necessário substituir a “razão indolente” pela “razão cosmopolita”, que expande o presente e contrai o futuro, e é capaz de criar um campo de tradução entre experiências sem destruição de suas identidades.

Portanto, este estudo não pretende apontar um modelo de jornalismo ideal para o trabalho de tradução de experiências, pois não se transforma verdadeiramente a prática jornalística se não alteramos a forma como a compreendemos e a praticamos. Não basta mudar a forma sem a colaboração de quem efetivamente trabalha com ela, ou seja, nós, os profissionais do jornalismo. Assim como, de acordo com Flusser, a solução para fugir do programa do aparelho está nas mãos dos fotógrafos, especialmente por aqueles conscientes de sua prática (“fotógrafos experimentais”), a solução para que o jornalismo contemporâneo se permita enxergar além, também passa, fundamentalmente, pela consciência de cada profissional sobre seu jogo contra o aparelho.

No entanto, isso não significa que não devemos procurar atalhos, brechas, fendas e potencialidades no discurso jornalístico. Ao contrário, se Flusser acreditava que o trabalho do crítico fotográfico era analisar na fotografia o que nela havia de produto destes embates entre fotógrafo e programa, ao traçar um olhar crítico sobre o jornalismo contemporâneo também é preciso trazer à tona o que, permeando as narrativas jornalísticas, há de embate entre o jornalista e o programa jornal, o jornalista e o programa moderno, ou ainda, o jornalista e o

programa racional totalizante, sem que para isso se recaia na atitude de onisciência própria do programa moderno. Não se pretende, portanto, encontrar um meio de fazer jornalismo potencializador e acreditar ser este o modelo possível, mas sim, um dos modelos possíveis.

O jornal *The New York Times* foi escolhido como objeto de estudo especialmente porque a narrativa jornalística tradicional defendida e posta em prática por este veículo tende a ser, sob esta análise, uma narrativa que contribui para o desperdício de experiências. A estrutura que exige um *lead*, o uso da terceira pessoa para marcar imparcialidade, objetividade e distanciamento do repórter com relação aos fatos, etc. alimenta uma impressão - não só nos estudos em comunicação, mas também em sua prática diária - de que não há alternativas para os que estão à margem produzindo outras existências possíveis.

Este jornalismo herdado do século XIX, surgido sob o manto dos ideais racionalistas, progressistas, cientificistas e causais é simplificador, na medida que representa um braço ativo desta “razão indolente” do qual trata Boaventura, e cria não-existências mesmo quando, aparentemente, se dispõe a trazer potencialidades à tona.

E por que a escolha de narrativas sobre o Brasil? Primeiro porque fica mais fácil reconhecer a produção de não-existência de uma dada experiência social quando você efetivamente a experiência como ator social. Não que o simples fato de se vivenciar uma realidade torne o sujeito mais apto a tratar do assunto do que outros que não a vivenciam, mas quando este sujeito procura ser um “fotógrafo experimental”, ou melhor, um ator social consciente de que seus atos são um jogo contra o aparelho, então isso faz dele um observador diferenciado.

O segundo motivo é que o Brasil, como mostra Feres Jr., figurou por muito tempo (e ainda figura em determinadas áreas) como um outro do americano. Não é preciso se estender muito nos argumentos para compreender-se o quanto estas posições dicotômicas assumidas pelo discurso das ciências sociais produz um imenso desperdício de existências.

Quanto ao recorte temporal do objeto de análise, somente o ano de 2006 servirá como base porque não se pretende aqui traçar um panorama histórico das reportagens sobre o biocombustível brasileiro. Ao contrário, aqui se pretende primar pela descontinuidade (no sentido de que não se procura, neste estudo, um grande discurso contínuo e ilimitado por detrás de cada narrativa jornalística), e

fugir das relações de causa e efeito; se ater ao acontecimento, sem tentar definir a série da qual ele faz parte.

Algo pautado pelo método da filosofia do acontecimento definida por Foucault, em que os acontecimentos discursivos são tratados como séries homogêneas, mas descontínuas umas em relação às outras.

Não se trata, bem entendido, nem da sucessão dos instantes do tempo, nem da pluralidade dos diversos sujeitos pensantes; trata-se de cesuras que rompem o instante e dispersam o sujeito em uma pluralidade de posições e de funções possíveis.(...) De sorte que o tênue deslocamento que se propõe praticar na história das idéias e dos que consiste em tratar, não das representações que pode haver por trás dos discursos, mas dos discursos como séries regulares e distintas de acontecimentos, este tênue deslocamento, temo reconhecer nele como que uma pequena (e talvez odiosa) engrenagem que permite introduzir na raiz mesma do pensamento o *acaso*, o *descontínuo* e a *materialidade* (Foucault, 1999, p.58-59).

O estudo que se prossegue, portanto, investiga a forma como o jornalismo tradicional narra uma experiência social até então considerada inviável, menor e improvável, em um país igualmente inviável, menor e improvável, e que agora parece ser rico em experiências viáveis, superiores às dos países hegemônicos e pertinentes ao quadro econômico no qual vivemos atualmente.

Afinal, como este jornalismo narra as potencialidades? Ele as apaga ou as minimiza? Como este jornalismo, representante da “razão indolente”, olha as ausências? Mas se existem potencialidades dentro do aparelho jornalístico, como estas se dão? Como se desenvolve, no jornalismo contemporâneo, uma prática de expansão do presente e a contração do futuro?

De acordo com Boaventura, uma das formas apresentadas pela “razão indolente” é a “razão metonímica”, que realiza uma homogeneidade entre o todo e as partes, de modo que estas últimas não tenham existência fora da relação de totalidade. O movimento das partes acaba por não afetar o todo, sendo vistas apenas como particularidades. Portanto, o Norte não é inteligível fora da relação com o Sul e vice-versa.

O que se precisa levar em conta para combater a “razão metonímica” é que o todo só é tomado como referência de forma arbitrária. O todo é uma das partes tomada como modelo e imposta às demais partes.

Portanto, o jornalismo, ao pretender narrar modos de vivência de uma das partes, não pode tomar como referência o todo. Do contrário, estaria contribuindo para reforçar o todo como referencial.

Porém, o mais importante aqui é estar atento à narrativa jornalística em si, não ao objeto do qual esta trata, pois o objetivo não é descobrir se as experiências com o biocombustível serão objeto de disputa política, depois de serem consideradas alternativas às experiências hegemônicas, nem analisar se, após serem consideradas válidas, a “razão indolente” as incorporará como mais uma experiência comportada pela totalidade, sem questionar a existência da própria totalidade. O foco principal neste estudo é a narrativa jornalística, e o quanto esta pode contribuir para a riqueza de experiências ao revelá-las.

Parte-se do seguinte pressuposto: se a pauta fosse capaz, por si só, de garantir que o jornal e o objeto do qual fala se aproximassem, de forma a permitir um trabalho de tradução e de respeito às respectivas identidades, então o assunto “biocombustível” renderia reportagens ricas em potencialidades. Ou seja, o simples fato de o jornal americano abordar o tema seria, *a priori*, potencializador porque pautado na idéia de conhecer o diferente e revelar aquilo que está fora do centro, do conhecido, do legítimo.

No entanto, a pesquisa que se segue mostra que é preciso mais que boa intenção do jornal para que este, efetivamente, exerça um trabalho de tradução. A tradução realizada pela linguagem jornalística não procura apagar as diferenças, mas simplesmente mostrá-las como mais uma experiência possível e legítima, por isso não recai na linguagem que reconhece o outro meramente como uma experiência exótica, nem utiliza recursos de dicotomia, que camuflam mais do que revelam. Quanto a isso, a linguagem tradicional jornalística é extremamente frágil, justamente por ser originária de um pensamento moderno essencialmente dicotômico.

4.1 **O biocombustível brasileiro no *New York Times***

No ano de 2006, oito matérias do jornal americano *The New York Times* abordaram diretamente o assunto “etanol” (biocombustível obtido por meio da

cana-de-açúcar) e o correlacionaram ao Brasil¹⁴. Entre elas, reportagens em formato tradicional e colunas de especialistas.

Grande parte destas reportagens menciona a decisão do presidente americano George W. Bush, considerada errada pelo jornal, de sobretaxar o etanol brasileiro para subsidiar o etanol obtido a partir dos grãos de milho das fazendas americanas. No entanto, a despeito desta posição crítica estar presente em quase todas elas, existem particularidades nos textos destas matérias que são fundamentais para compreender como o jornal escreve sobre experiências sociais desconhecidas.

A primeira reportagem, redigida por Paulo Prada, foi publicada em 12 de janeiro de 2006, sob o título: “Brazil is awash in energy (except for natural gas)”. Como o próprio título sugere, a reportagem não tem o intuito de compreender melhor as experiências com etanol no Brasil, ao contrário, seu objetivo é apontar aquilo que o texto dá a entender ser uma fraqueza do país: as escassas reservas de gás natural.

Paulo Prada inicia a matéria mostrando como o presidente brasileiro Luiz Inácio Lula da Silva se gabou, em pronunciamentos recentes, da independência do país com relação à exportação de petróleo e o desenvolvimento acelerado de tecnologias que aproveitam formas alternativas de energia, como o etanol, experiências estas que, em breve, seriam notadas pelo mundo todo. O repórter classifica o país como um pioneiro nesta área: “ Em combustíveis alternativos, é um pioneiro, transformando uma de suas maiores safras, o açúcar, em etanol¹⁵”(The New York Times, 12 jan. 2006).

No entanto, logo em seguida, o jornalista começa a estruturar seu texto com a ajuda da conjunção “embora”, para fazer uma contraposição do Brasil independente de importação de gasolina e álcool, com o Brasil de poucas reservas de gás exploradas, poucos recursos financeiros para exploração de outras possíveis reservas de gás e crescente demanda interna, que o torna dependente da importação de gás natural de países vizinhos, como Argentina e Bolívia. “Embora

¹⁴ Foi usado o seguinte critério de busca no site do jornal americano *The New York Times*, <http://www.nytimes.com>: palavra-chave – ethanol Brazil; período – 01.01.2006 / 12.31.2006. Obtiveram-se 27 resultados, dos quais 8 são matérias (entres elas, reportagens e colunas de especialistas) cujas pautas se centralizam no tema do etanol produzido no Brasil. Foram descartadas as reportagens que tratavam do etanol produzido no Brasil de forma indireta, ou seja, como mera citação, sem estender-se no assunto.

¹⁵ Tradução minha. No original: “In alternative fuels, it is a pioneer, turning one of its biggest crops, sugar, into ethanol.”

tenha dado enorme passo na produção de óleo e seguido uma trilha brilhante no desenvolvimento de combustíveis renováveis, o cenário energético do Brasil está desfigurado por sua inabilidade em satisfazer a forte demanda por gás natural¹⁶” (The New York Times, 12 jan. 2006).

Para explicar o Brasil do qual Lula não deve ter orgulho, o repórter usa o recurso da dicotomia: país independente de importação da gasolina x país com grande demanda de gás natural e poucas reservas sendo exploradas; país pioneiro no desenvolvimento de combustíveis alternativos x país dependente de vizinhos para atender sua demanda interna de gás natural.

O recurso da dicotomia provoca um apagamento, especialmente porque a escolha das fontes e de suas falas será feita no sentido de reiterar o tom que o repórter quer dar ao seu texto, ou seja, a idéia de que o Brasil também possui pontos fracos em se tratando de matriz energética. Seu objetivo não é trazer à tona experiências bem sucedidas no país, até então pouco conhecidas no mundo, mas sim, trazer à tona um Brasil que o mundo já está acostumado a ver: o de crescimento desordenado e mal planejado, essencialmente exportador de *commodities*. “Projetos e diretrizes energéticas, afinal de contas, são uma batata quente política numa região onde as fortunas econômicas freqüentemente contam com o preço e a demanda por *commodities*¹⁷” (The New York Times, 12 jan. 2006).

A associação do país com a exportação de *commodities* está profundamente ligada à idéia de colonialismo, pois eram estes os produtos não industrializados, essencialmente primários, que serviam como mercadoria de exportação das colônias para os países colonizadores. Curioso notar que Paulo Prada recorre a esta imagem para finalizar sua reportagem, como se o Brasil, apesar de ser um pioneiro em determinadas áreas essenciais para as demandas da contemporaneidade, permanecesse parado no tempo, ou seja, como se sua economia continuasse a depender, essencialmente, das fortunas decorrentes do mercado de *commodities*.

¹⁶ Tradução minha. No original: “Despite major strides in oil production and trailblazing development of renewable fuels, Brazil’s energy picture is marred by its inability to meet soaring demand for natural gas.”

¹⁷ Tradução minha. No original: “Energy projects and policy, after all, are political hot potatoes in a region where economic fortunes often rely on the price and demand for commodities.”

Outras características atribuídas ao mercado brasileiro nesta reportagem reforçam a imagem de um outro parado no tempo, tal como a palavra “imaturidade”, em “os problemas de abastecimento, ele disse, são apenas sintomas da imaturidade do mercado de gás no Brasil: há um déficit precisamente porque ninguém esperou que a demanda crescesse tão rapidamente¹⁸” (The New York Times, 12 jan. 2006). Note que o repórter atribui a declaração a uma das fontes ouvida por ele, tentando esquivar-se da idéia de que ele compartilha a mesma opinião. No entanto, a forma como a reportagem é estruturada já define, *a priori*, qual a posição do jornal ou do jornalista com relação àquele assunto.

O recurso da dicotomia; a escolha de palavras que remetem a uma idéia pré-concebida da economia brasileira; a preferência por fontes que, apesar de estarem em conflito entre si, corroboram com a idéia principal de imaturidade do mercado de gás brasileiro; o uso da terceira pessoa para camuflar uma possível tendência da reportagem; e a tentativa de explicar os cenários interno e externo diretamente relacionados ao setor são recursos que trabalham a forma e o conteúdo da reportagem a fim de que ela pareça objetiva e precisa, mesmo sendo reducionista e pouco interessada em descobrir estratégias diversas para lidar com um problema comum da humanidade: a escassez de energia provinda de combustíveis fósseis.

A mensagem que fica é: recoloque o outro em seu devido lugar, o do atrasado, desorganizado, dependente e confuso.

Em 24 de janeiro, é publicada uma nota curta de um parágrafo, sob o título “Brazil: ethanol requires \$ 10 billion investment by 2012”, sem assinatura de repórter. Esta nota se encaixa em um perfil tradicional de notícia, na medida que se atém aos pronunciamentos oficiais do governo brasileiro e opta por responder às perguntas-guia do *lead* noticioso (em inglês, os famosos W’s: o que, quem, quando, como, onde e por que).

A não-indicação do nome do repórter responsável pela nota confere uma aparência de objetividade ao que está sendo escrito, como se realmente não houvesse um intermediário entre o acontecimento e o leitor. É um recurso freqüente no jornalismo, normalmente utilizado quando não há recursos para

¹⁸ Tradução minha. No original: “The problems in supply, he said, are just symptoms of the immaturity of Brazil’s gas market: there are shortfalls precisely because nobody expected demand to grow so fast.”

enviar um correspondente ao local do acontecimento, e a empresa jornalística opta por comprar estas pequenas notas de agências de notícias ou de outros jornais.

Trata-se de um recurso de formato de notícia paradoxal, pois omitindo o nome do repórter, a aparência de objetividade é reforçada. No entanto, de fato, a empresa noticiosa sequer pôde enviar um de seus profissionais ao local da reportagem.

O formato tradicional, portanto, também aqui neste exemplo, reforça o apagamento de experiências diversas, pois reitera o discurso de objetividade, sem preocupar-se com a aproximação real do objeto do qual se fala – tanto física quando discursivamente. O objeto do qual trata torna-se ainda mais distante, e pouco inteligível.

A terceira reportagem, “Much talk, mostly low key, about energy independence”, é de 2 de fevereiro e foi assinada em conjunto por três repórteres: Simon Romero, Heather Timmons e Edmund L. Andrews. A matéria começa a dar o tom das próximas que virão, ressaltando o Brasil como um país experiente na fabricação do biocombustível e os erros da administração Bush em lidar com esta liderança.

A produção de etanol a partir do milho, nos Estados Unidos, ainda conta com subsídios, mas o etanol feito da cana-de-açúcar no Brasil compete de igual para igual com a gasolina. De fato, somente depois que o governo do Brasil expôs o etanol às forças do mercado, em anos recentes, é que seu sucesso tornou-se claro. A indústria de cana-de-açúcar do Brasil produz, aproximadamente, o equivalente a 160.000 barris de petróleo em um dia, ajudando o país na conquista de sua auto suficiência em petróleo ainda este ano (...). Imóvel, ao contrário do Japão e da China, que têm planos de importar o etanol brasileiro, a administração Bush ainda mantém uma tarifa de 54% sobre todos os galões de etanol importados. ‘É incrível que nós não estamos taxando o combustível da Arábia Saudita, enquanto taxamos o combustível do Brasil’ diz Gal Luft, um co-diretor do Instituto de Análise de Segurança Global, uma organização de pesquisa em Washington especialista em assuntos energéticos¹⁹ (The New York Times, 2 fev. 2006).

¹⁹ Tradução minha. No original: “Ethanol production from corn in the United States still relies on subsidies, but ethanol made from sugarcane in Brazil competes handily with gasoline. In fact, it was only after Brazil’s government exposed ethanol to market forces in recent years that its success became clear. Brazil’s sugarcane industry produces about 160,000 barrels of oil-equivalent a day, assisting the country in achieving self-sufficiency in oil sometime this year (...). Still, unlike Japan and China, which have plans to import Brazilian ethanol, the Bush administration has retained a 54 cent tariff on every gallon of imported ethanol. ‘It’s remarkable that we’re not taxing fuel from Saudi Arabia while we’re taxing fuel from Brazil’, said Gal Luft, a co-director of the Institute for the Analysis of Global Security, a research organization in Washington that specializes in energy issues”

Os repórteres utilizaram um recurso de inversão para falar do Brasil. Se no discurso hegemônico recorrente o Brasil seria o país a figurar numa posição de inferioridade, na tentativa de falar sobre sua experiência diferenciada de produção de energia, os jornalistas americanos colocaram o país sul-americano numa posição superior aos Estados Unidos, invertendo os lugares que habitualmente estes ocupam.

A inversão de papéis entre o que está lá e o que está aqui apresenta o diferente, o outro, como um exemplo a ser seguido, entretanto, é preciso lembrar que, ainda assim, a reportagem está estruturada sob um pensamento dicotômico.

Os repórteres vão mais longe e apresentam os Estados Unidos também numa posição de inferioridade com relação a dois outros países: Japão e China, potenciais importadores do etanol brasileiro.

Da mesma forma, ao referir-se à taxação do etanol brasileiro pelo governo Bush, e mencionar que o mesmo não ocorre com a Arábia Saudita, a reportagem coloca o Brasil numa posição de superioridade com relação àquele país, dando a entender que o país sul-americano é confiável, ao contrário do país do Oriente Médio.

Outro fator relevante na leitura deste trecho da reportagem é o fato da experiência alternativa brasileira só ter sido levada à sério depois de submetida às forças do mercado. Ou seja, a experiência com o etanol obtido por meio da cana-de-açúcar somente passou a ser credível depois que esta se submeteu a critérios tidos como essenciais pelos países hegemônicos. A experiência por si só não era válida, o que a validou foram os critérios do centro de legitimação de experiências possíveis. Neste caso, o juiz era o mercado.

A forma da notícia baseada em contraposições desperdiça experiências porque baseada em critérios de bem x mal, em que todos os objetos do qual se fala devem estar de um lado ou de outro. As experiências e países que a vivenciam ou estão completamente errados ou completamente certos, ou são plenamente confiáveis ou extremamente perigosos. Não há o entre-lugar. O olhar não se atém às potencialidades, mas à capacidade de cada objeto em ser destrutivo, improdutivo e errado ou eficaz, inovador e produtivo. Ou isso ou aquilo.

Além disso, ao analisar a experiência diversa sob critérios de validade hegemônicos (as forças de mercado), o jornalismo reforça o mesmo pensamento hegemônico, ainda que sua intenção última seja criticá-lo. Embora pretendendo

trazer à luz possibilidades diversas, usando o olhar do centro para enxergá-las, não captamos nada além de sombras. O problema é justamente porque quando se enxerga o diferente como parte do todo, não se questiona o todo. Pensa-se o Sul dentro da relação Norte-Sul, em vez de questionar a dicotomia em si.

A quarta reportagem, “No more Mr. Tough Guy”, publicada em 8 de fevereiro, está distante do padrão de imparcialidade que se pretende alcançar por meio de uma linguagem objetiva. Thomas L. Friedman é um dos colunistas que escreve para o jornal americano, por isso, nesta matéria, a linguagem subjetiva é aceita, já que dentro dos cânones do jornalismo tradicional, somente neste espaço é possível conviverem fatos e opinião daquele que escreve.

Friedman se permite usar pronomes pessoais na primeira pessoa: “(...) Laura Ingraham asked him (Dick Cheney) how he reacted to my urgings for a gasoline tax (...)”²⁰ (The New York Times, 8 fev. 2006) e criticar abertamente o posicionamento do vice-presidente americano Dick Cheney (o “Mr. Tough Guy”), dando tom de confronto à matéria, o que lembra o jornalismo essencialmente político que precedeu o jornalismo moderno firmado em fins do século XIX. Se não fosse uma reportagem confinada ao espaço da coluna especializada, poderíamos dizer que se manifestava aí um retorno ao modo de exercer o jornalismo em seus primórdios.

No entanto, se em alguns aspectos esta reportagem lembra o jornalismo de opinião de um passado remoto, em outros, Friedman reforça os valores do jornalismo moderno. Os números utilizados para conferir veracidade ao que se diz, as entrevistas que conferem legitimidade ao seu discurso e as comparações são instrumentos recorrentes no jornalismo moderno tradicional. Mas Friedman não se preocupa em esconder sua posição, ao contrário, sua intenção é deixar explícita sua opinião pessoal quanto à política americana de taxaço da energia.

Mesmo mesclando aspectos do jornalismo de opinião com o jornalismo moderno, fica claro que a estrutura da reportagem está baseada em critérios modernos de legitimação do diferente. Ao criticar a sobretaxa imposta pelo governo americano ao etanol produzido a partir da cana-de-açúcar brasileira, Friedman coloca o Brasil numa posição de oposição à Arábia Saudita, Venezuela

²⁰ Tradução minha. No original: “Laura Ingraham asked him (Dick Cheney) how he reacted to my urgings for a gasoline tax (...)”

e Rússia, que seu entrevistado dá a entender serem países de terroristas e ditadores.

Finalmente, se o sr^o Cheney acredita tanto em mercados, por que a performance energética de 2005 continha, aproximadamente, 2 bilhões de dólares em tarifas cobradas de companhias de petróleo? Por que sua administração permitiu uma taxa de 54 centavos no galão de etanol importado – combustível obtido do açúcar ou do milho – de forma que o açúcar brasileiro exportado não pudesse competir com o açúcar americano? Sim, nós taxamos o etanol importado do Brasil, mas nós não taxamos o petróleo da Arábia Saudita, Venezuela ou Rússia. ‘Todo mundo diz que precisamos de um novo Plano Marshall,’ disse Michael Mandelbaum, um político estrangeiro e autor de ‘The Case for Goliath.’ ‘Nós temos um Plano Marshall. É nossa política energética. É um plano Marshall para terroristas e ditadores’²¹ (The New York Times, 8 fev. 2006).

Os três países mencionados formam o que a administração Bush chama de “eixo do mal”. Por oposição criada pela própria reportagem de Friedman, o Brasil seria assim um país do “eixo do bem”. Novamente, figuramos numa posição de superioridade a outros países, um exemplo de país confiável, em oposição aos países não-confiáveis – conforme a perspectiva americana.

Neste caso, o discurso em primeira pessoa apenas serviu para reforçar os valores do mesmo, recaindo na perspectiva dicotômica. Mais uma vez, não se contesta a existência do todo, mas estar ou não conforme os critérios impostos por este todo.

A primeira pessoa do discurso valida a perspectiva da onisciência e se torna um discurso apenas autoritário quando está pautado pela “razão indolente”. Ela apenas servirá para recriar hierarquias e reforçar a idéia de que apenas uma totalidade existe e é possível.

Quando o jornalista se restringe a emitir sua opinião, sem preocupar-se em mudar a forma da notícia, que permanece autoritária, ele não encontra uma troca efetiva de experiências com o outro. Apenas se apressa em substituir uma alternativa por outra, considerada mais correta dentro de critérios antigos e previamente conhecidos.

²¹ Tradução minha. No original: “Finally, if Mr. Cheney believes so much in markets, why did the 2005 energy act contain about \$2 billion in tax breaks for oil companies? Why does his administration permit a 54-cents-a-gallon tax on imported ethanol – fuel made from sugar or corn – so Brazilian sugar exports won’t compete with American sugar? Yes, we tax imported ethanol from Brazil, but we don’t tax imported oil from Saudi Arabia, Venezuela or Russia. ‘Everyone says we need a new Marshall Plan,’ said Michael Mandelbaum, a foreign policy expert and the author of ‘The Case for Goliath.’ ‘We have a Marshall Plan. It’s our energy policy. It’s a Marshall plan for terrorists and dictators’.”

Em 26 de março, o jornal publica a reportagem de Norm Alster, cujo título é “On the ethanol bandwagon, big names and big risks”. A notícia é iniciada com a apresentação de diversos empresários ligados a outros ramos de negócio, como Bill Gates da Microsoft, investindo na produção de etanol.

O texto é redigido em terceira pessoa, procura ser informativo (uso de dados numéricos e resultados de pesquisas científicas conferem a idéia de precisão da notícia) e apresenta entrevistados cujas opiniões são contrárias ao euforismo dos investidores, demarcando, também aí, uma tentativa de tornar a notícia imparcial.

Em conformidade com esta postura, quando o Brasil é mencionado, quem fala a seu respeito é um entrevistado especialista em energia, retirando do repórter a responsabilidade pela emissão de opinião sobre o fato. Note que não é qualquer especialista que fala, mas um professor da Universidade da Califórnia, o principal centro de formação de cientistas nos Estados Unidos ligado ao desenvolvimento tecnológico, o que confere legitimidade ao que se é dito (dentro dos padrões de legitimidade americanos).

Se o diploma da Universidade da Califórnia confere legitimidade à fonte, também confere mais do mesmo à reportagem.

O Brasil provou que o etanol obtido a partir da cana-de-açúcar pode ser competitivo, disse Daniel M. Kammen, um professor do grupo de energia e recursos da Universidade da Califórnia, em Berkeley. Ele faz uma estimativa do custo de produção do etanol a partir do açúcar – incluindo a matéria-prima e o processamento – entre 6 e 7 dólares por gigajoule (uma unidade de energia) contra 14 dólares o gigajoule da gasolina. No Brasil, mais ou menos 70% dos novos veículos estão equipados com um compartimento para o etanol, e o país tem sido capaz de restringir sua dependência em petróleo estrangeiro e de transformar o etanol numa crescente indústria exportadora²² (The New York Times, 26 mar. 2006).

Afinal, o grau de legitimidade da reportagem seria alterado caso a fonte fosse um especialista em energia formado por uma universidade brasileira ou qualquer outra localizada em um país periférico, ou ainda por uma universidade

²² Tradução minha. No original: “Brazil has proved that ethanol can be made competitively from sugar, said Daniel M. Kammen, a professor in the energy and resources group at the University of California, Berkeley. He estimates the cost of producing ethanol from sugar – including raw materials and processing – at \$6 to \$7 per gigajoule (a unit of energy) versus \$14 a gigajoule for gasoline. In Brazil, roughly 70 percent of new vehicles are equipped to handle ethanol, and the country has been able to curb its dependence on foreign oil and turn ethanol into a growing export industry.”

americana freqüentada pelas minorias? Por que o repórter não optou por conversar com especialistas em combustível obtido da cana-de-açúcar do Brasil?

Pensando na idéia de imparcialidade e de balanço de opiniões, típica do jornalismo moderno, a reportagem estaria mais “completa” caso se dispusesse a ouvir o outro lado, ou seja, os cientistas brasileiros que convivem com a realidade do etanol?

O centro da questão, no entanto, não é descobrir se a reportagem estaria ou não mais fidedigna à realidade ou mais imparcial, caso tivesse optado por fontes brasileiras. O problema é que, mais uma vez, a reportagem optou por permanecer em uma posição segura.

Mesmo apontando os pontos positivos de uma experiência diferente com o etanol, o repórter não se dispôs a enfrentar o novo e efetivamente conhecê-lo, ao contrário. É como se, mesmo esforçando-se para entender a experiência diversa, este entendimento permanecesse seletivo: isso eu quero compreender, aquilo não; esse eu quero ouvir, aquele não.

A um passo a frente para conhecer o outro, corresponde um passo atrás de receio pela transformação que aquilo poderia provocar nele mesmo. Talvez seja o medo do encontro com o outro que o limita às mesmas fontes e ao mesmo formato de notícia.

Em 10 de abril, o correspondente Larry Rohter tratou do assunto começando por uma tentativa de mapear a realidade brasileira, tanto em seus aspectos macroeconômicos e sociais, quanto em seus aspectos microeconômicos e cotidianos.

Sob o título “With big boost from sugar cane, Brazil is satisfying its fuel needs”, a reportagem trata o Brasil como um “país do futuro”. “No começo da era do automóvel, Henry Ford predisse que ‘o etil é o combustível do futuro.’ Com o preço do petróleo em cerca de 65 dólares o barril, o presidente Bush agora abraçou este ponto-de-vista, também. Mas o Brasil já está lá²³” (The New York Times, 10 abr. 2006).

O repórter então menciona aspectos relevantes quanto ao uso do etanol no país, os avanços tecnológicos nacionais para o desenvolvimento do setor, os

²³ Tradução minha. No original: “At the dawn of the automobile age, Henry Ford predicted that ‘ethyl is the fuel of the future.’ With petroleum about \$65 a barrel, President Bush has now embraced that view, too. But Brazil is already there.”

possíveis impactos ao meio ambiente que a plantação de cana-de-açúcar pode causar, além do risco de aumento, segundo ele, do uso de mão-de-obra escrava nas plantações e dos gargalos de infraestrutura que impedem o crescimento do setor.

Larry Rohter também citou várias situações do cotidiano brasileiro (como as bombas de encher tanques de combustível que marcam A para álcool e G para gasolina, a grande quantidade de veículos circulando nas ruas com flexibilidade de uso de dois ou mais combustíveis, etc.) que a mera reprodução de números estatísticos ou dados de pesquisas não conseguem revelar. Somente alguém que vive o cotidiano do país ou se dispõe a enxergá-lo poderia se arriscar na redação deste tipo de reportagem, que se propõe a trazer ao leitor uma espécie de tempero local. É o repórter dizendo: “vejam, leitores, como eles vivem, como eles abastecem seus carros, como é seu cotidiano”.

O correspondente faz questão de ressaltar que está presente no local. Utilizando no texto advérbios como “here”, que nos passa a idéia de aproximação da realidade brasileira, Rohter quer mostrar-se um habitante daquela realidade, um observador estrangeiro privilegiado porque conhece o “way of life” dos brasileiros e, portanto, pode traduzir melhor este cenário para a linguagem do americano.

Mesmo que sua reportagem não contasse com números precisos ou dados estatísticos para validar a autenticidade do que o repórter escreve, sua matéria ainda estaria plena da idéia de imparcialidade do jornalismo tradicional. Isso porque Rohter funciona como os olhos do leitor. Olhos que tudo vêem. Ao repórter é concedido, em ocasiões especiais (como as guerras, ou em situações como essa, em que a apreensão do cotidiano local pode ser o diferencial do jornal com relação aos concorrentes que não possuem correspondentes internacionais), em que a realidade da qual se fala é muito distante do leitor, ser uma espécie de tradutor especial.

Nessas ocasiões, se verifica uma liberdade maior do texto: discurso em primeira pessoa, palavras que indicam a presença do repórter como intermediário entre aquela realidade e o leitor, etc. O que não significa que a reportagem abandona seu caráter autoritário. Ao contrário, ela pode mesmo reforçá-la, fazendo da reportagem mero instrumento de reprodução das opiniões pré-concebidas do repórter, travestidas de imparcialidade.

Larry Rohter opta por estruturar sua reportagem não somente na exposição de depoimentos de fontes locais especialistas no assunto, mas também usa a expressão “Brazil says”, como se tivesse apreendido um sentimento nacional sobre o assunto, já que vive no país. “O Brasil diz que aqueles e outros forasteiros são bem vindos²⁴” (The New York Times, 10 abr. 2006). Mas que Brasil disse estas coisas a Rohter? É possível mesmo afirmar que o Brasil diz alguma coisa, ou é mero recurso lingüístico que reforça a idéia de um discurso totalizante e um observador-jornalista onisciente?

O fato é que o correspondente, ao contrário da maioria dos repórteres do *New York Times* que escreveu sobre o assunto, procurou não recorrer em demasia ao recurso da comparação dicotômica, apesar de ter iniciado o texto com a idéia de país visionário e pioneiro. Entretanto, a expressão “Brazil says” revela que o repórter estava ali como um profissional que já conhecia a realidade, por vivê-la diariamente, e só precisava reportá-la aos leitores americanos.

Ao leitor, não resta outra saída a não ser acreditar que a realidade brasileira é exatamente aquela descrita pelo jornal, e que o Brasil inteiro realmente pensa que qualquer recurso estrangeiro é muito bem vindo. Mesmo que nada disso seja mentira, o problema é que não há alternativa ao leitor, a não ser a de interpretar o Brasil de uma só maneira: à maneira Larry Rohter, porque seu texto não é convidativo ao leitor, mas impositivo, não convida a uma reflexão em conjunto, mas já traz uma reflexão pronta.

O repórter diz: “eu sei ler o Brasil, e ele é assim. Vocês, leitores, acreditem”. Ao invés de compartilhar sua experiência como habitante do país, suas descobertas, a sensação de estar sempre espreitando algo novo, algo não-dizível, ele reduz o assunto a uma análise pronta. Apressa-se a trazer um significado único ao seu leitor, não permitindo a este compartilhar a experiência de ser estrangeiro e ver tudo como muito novo e não totalmente explicável.

Como já foi mencionado, Rohter é autor de reportagens polêmicas sobre o Brasil, cujo olhar estrangeiro colonialista e centrista era latente. Por isso, mesmo estando, *a priori*, em uma situação privilegiada de observação da realidade nacional, quando o repórter não se dispõe a jogar contra o aparelho, tal como nos ensina Flusser, a aproximação física não corresponde a uma aproximação de fato.

²⁴ Tradução minha. No original: “Brazil says those and other outsiders are welcome.”

Esta procura as potencialidades, e não se apressa a reduzi-las em explicações totalizantes.

Essa idéia de que a proximidade física permite uma maior apreensão da realidade também está presente na próxima coluna de Thomas L. Friedman, de 15 de setembro de 2006. Ele viaja a São Paulo, a fim de compreender de forma mais precisa o que é o etanol brasileiro. “Eu vim para o Brasil tentar compreender melhor o que é real e o que não é na história do etanol, porque nenhum país foi mais pioneiro no etanol obtido a partir do açúcar do que o Brasil²⁵” (The New York Times, 15 set. 2007).

No entanto, neste texto, Friedman tem uma postura marcadamente diferente da postura de Rohter, pois, como ele mesmo declarou, veio ao Brasil disposto a conhecer o etanol e ser surpreendido. E efetivamente o foi, como mostra neste trecho: “Minha impressão, depois de conversar com uma série de especialistas brasileiros, é que não somente o etanol é real, mas também que nós sequer chegamos perto de todo o seu potencial²⁶” (The New York Times, 15 set. 2006).

Note que Friedman utilizou o recurso do pronome pessoal em primeira pessoa, mas não impôs sua verdade, ao contrário, se permitiu ter surpresas com a realidade brasileira. Foi o que demonstrou ao tentar descrever os postos de gasolina de São Paulo e a produção de etanol a partir da cana-de-açúcar. Sua descrição convida o leitor a participar daquela nova experiência que ele também estava vivenciando e disposto a compreender. Repórter e leitor trabalham juntos na descoberta dos mistérios do etanol brasileiro.

Ao invés de recorrer à dicotomia, e colocar seu país em uma posição de inferioridade ao Brasil, Friedman pergunta aos seus interlocutores o que faria se fosse presidente dos Estados Unidos.

Eu perguntei aos especialistas brasileiros o que eles fariam se fossem o presidente dos Estados Unidos. A resposta consensual é: pedir às companhias de petróleo americanas que abasteçam suas bombas de combustível com o etanol em todos os seus postos de combustível, pedir às companhias de automóveis americanas que fabriquem todos os seus carros novos com *flex fuel* e melhorem os padrões de milhas, e livrar-se da insensata tarifa de 54% que nós impusemos ao etanol

²⁵ Tradução minha. No original: “I came to Brazil to try to better grasp what is real and what is not in the ethanol story, because no country has done more to pioneer sugar ethanol than Brazil.”

²⁶ Tradução minha. No original: “My impression, after talking to a range of Brazilian experts, is that not only is ethanol for real, but we have not even begun to tap its full potential.”

importado (para proteger nossos fazendeiros). E então, deixe o mercado agir²⁷ (The New York Times, 15 set. 2007).

Friedman não atribui pensamentos e posições políticas aos brasileiros em geral, ao contrário, ele se dispõe a ouvir o que alguns destes brasileiros têm a dizer, a fim de saber a opinião deles a respeito dos Estados Unidos. E ele deixa claro que brasileiros são estes – não é o habitante comum, são os especialistas no assunto.

A situação, portanto, é invertida. Ao invés do centro traçar uma descrição pronta e acabada do que é a periferia, o repórter concede voz aos periféricos para ouvir o que estes têm a dizer. A reportagem permanece em uma situação de descoberta, de escuta atenta e abertura ao novo. Friedman não traz o quebra-cabeças pronto, ele junta algumas peças e permite que o leitor vivencie o jogo.

Ao final, o colunista escreve: “Se ao menos fôssemos tão espertos quanto o Brasil...”²⁸ (The New York Times, 15 set. 2006), o que reconduz a reportagem ao tradicional recurso da dicotomia, porém, sem afirmar precisamente que os Estados Unidos são menos inteligentes que o Brasil. As reticências permitem que o leitor conduza a idéia adiante. Se, para alguns destes leitores os Estados Unidos ainda podem correr e serem tão espertos quanto o Brasil, para outros não há saída. Ao leitor caberá posicionar-se criticamente em relação a seu próprio país, sem que o colunista precise impor sua própria opinião.

Cinco dias depois, Friedman publica em sua coluna o texto “Dumb as we wanna be”, que é uma continuação dos registros da viagem a São Paulo com o intuito de compreender o etanol brasileiro (a última matéria a ser analisada neste recorte).

A reportagem de 20 de setembro se inicia com Friedman tentando, novamente, conhecer opiniões dos brasileiros sobre determinadas atitudes americanas. No entanto, desta vez, o colunista mostra-se menos aberto a ouvir, ao contrário, fornece ao interlocutor duas opções de resposta, e espera que ele responda aquilo que pretende ouvir.

²⁷ Tradução minha. No original: “I asked Brazilian experts what they’d do if they were the U.S. president. The consensus answer: Require U.S. oil companies to provide ethanol fuel pumps at all their gas stations, require U.S. auto companies to make all their new cars flex-fuel and improve mileage standards, and get rid of the crazy 54-cent tariff we’ve imposed on imported sugar ethanol (to protect our farmers). And then let the market work.”

²⁸ Tradução minha. No original: “If only we were as smart as Brazil ...”

Eu perguntei ao Drº José Goldemberg, secretário do meio ambiente do estado de São Paulo e um pioneiro na indústria de etanol do Brasil, a questão óbvia: o fato dos Estados Unidos ter imposto uma tarifa de 54% para impedir a importação do etanol obtido a partir do açúcar do Brasil foi ‘apenas estúpido ou realmente estúpido’²⁹ (The New York Times, 20 set. 2006).

O colunista segue fazendo um *mea culpa* americano por sobretaxar o etanol brasileiro e depois parte para a descrição do que viu dos céus de São Paulo, a bordo de um helicóptero. Friedman viu o resultado de um crescimento econômico sem planejamento e pouco respeito pela preservação ambiental: poluição de rios, devastação florestal, ocupação desordenada, etc.

Como o colunista voa ao lado de Gustavo Fonseca, vice-presidente de uma empresa de conservação ambiental, ao dar a palavra a ele, pedindo para que este explique o que vê, é óbvia a resposta: “Como a demanda por etanol do açúcar cresce – e isso é bom para o Brasil e para o desenvolvimento do mundo, diz Fonseca, ‘nós temos que ter certeza que a expansão será feita de modo planejado’³⁰” (The New York Times, 20 set. 2006). Não que a opinião do entrevistado esteja errada, a questão a ser levantada é que a imagem de cima do helicóptero e a escolha da fonte ligada ao setor ambiental não conduzia a uma opção de resposta, mas a imposição de uma resposta – a única possível – ou seja, que o Brasil pode ser tão estúpido quanto os Estados Unidos, ainda que por motivos diferentes.

Quando o repórter escolhe uma fonte apenas para reiterar uma bandeira que ele, repórter, quer levantar, o profissional apenas reforça o caráter autoritário da reportagem, ainda que esteja travestida de texto dialógico. Ouvir uma fonte por si só não garante o dialogismo da reportagem, especialmente se a intenção é marcadamente forçar um discurso já conhecido, ou seja, fazer o outro falar aquilo que já se sabe.

Como mais um exemplo de que este texto de Friedman não foi feliz na tentativa de ouvir o outro, o colunista termina a matéria em tom professoral.

²⁹ Tradução minha. No original: “I asked Dr. José Goldemberg, secretary for the environment for São Paulo State and a pioneer of Brazil’s ethanol industry, the obvious question: Is the fact that the U.S. has imposed a 54-cents-a-gallon tariff to prevent Americans from importing sugar ethanol from Brazil ‘just stupid or really stupid?’”

³⁰ Tradução minha. No original: “As demand for sugar ethanol rises – and that is good for Brazil and the developing world, said Fonseca, ‘we have to make sure that the expansion is done in a planned way.’”

Nós temos as ferramentas para resolver esses conflitos. Nós podemos mapear as terras que precisam de proteção por sua biodiversidade ou pelos benefícios ambientais que eles oferecem às comunidades rurais. Mas os fazendeiros de cana-de-açúcar, os governantes e os ambientalistas precisam sentar para conversar logo – agora – para identificar estas terras e garantir o dinheiro necessário para protegê-las. De outra forma, nós teremos uma luta a cada acre, e o etanol do açúcar nunca efetuará seu verdadeiro potencial. Isso poderia ser realmente, realmente estúpido³¹ (The New York Times, 20 set. 2006).

Friedman assume a postura do homem onisciente, que sabe exatamente a melhor solução para os males sofridos pelo outro. Ele tem a resposta para a solução dos problemas brasileiros na exploração do biocombustível. E adverte: caso não a siga, o Brasil estaria assumindo uma atitude de extrema estupidez.

O colunista, ao utilizar o discurso noticioso como instrumento pedagógico, coloca o Brasil numa posição inferior, bem como seus leitores americanos. Ao brasileiro cabe obedecer às suas sugestões, pois seriam muito estúpidos se não fizessem isso, e aos leitores americanos cabe concordar com suas sábias palavras. Já ele, o repórter, passa a figurar como o senhor da verdade, a quem só cabe descer do helicóptero (que, neste caso, fez papel de panóptico) e voltar para casa, ciente de que a lição foi passada aos alunos.

4.2 O *Oikos* do formato tradicional de jornalismo

No paradigma moderno, a metáfora da viagem é central, na medida que, como explica Boaventura, é um símbolo de significado duplo: “por um lado, é símbolo de progresso e de enriquecimento material ou cultural; por outro, é símbolo de perigo, de insegurança e de perda” (Santos, 1997, p.109). Portanto, a viagem contém em si uma idéia paradoxal: a idéia da casa, da posição fixa (*oikos*), que confere sentido ao deslocamento, oferecendo um ponto de partida e, ao mesmo tempo, um ponto de chegada.

³¹ Tradução minha. No original: “We have the tools to resolve these conflicts. We can map the lands that need protection for their biodiversity or the environmental benefits they provide rural communities. But sugar farmers, governments and environmentalists need to sit down early – like now – to identify those lands and commit the money needed to protect them. Otherwise, we will have a fight over every acre, and sugar ethanol will never realize its potencial. That would be really, really stupid.”

Em suma, o *oikos* é a parte da viagem que não viaja para que a viagem se faça e tenha sentido. O *oikos* é a raiz que sustenta e limita as opções de vida ou de conhecimento tornadas possíveis pela viagem. Por sua vez, a viagem reforça a raiz de que provém na medida em que, por via do exotismo dos lugares que permite visitar, aprofunda a familiaridade da casa donde se parte. O relativismo cultural pretendido pela atitude comparativista dos viajantes imaginários do Iluminismo tem por limite a afirmação da identidade e, em quase todos eles, da superioridade da cultura européia. E se Montaigne nunca viajou de fato à América, ou Montesquieu à Pérsia, ou Rousseau à Oceania, a verdade é que todos viajaram à Itália em busca das raízes da cultura européia, raízes tanto mais veneradas quanto mais brutal era o contraste com a degradação da Itália ao tempo das viagens (Santos, 1997, p.109).

Quando o repórter americano se desloca ao Brasil a fim de apreender o novo, na verdade, o que muitas vezes ocorre, é o reforço de suas idéias anteriores à viagem. É seu vínculo à raiz americana e centralista que pauta a viagem e a reportagem. A volta para casa (a reportagem finalizada) já está condicionada à partida (todo o arsenal simbólico previamente concebido a respeito daquele lugar).

Por isso, ao mesmo tempo em que é freqüente a idéia da viagem para conhecer melhor o objeto do qual se fala, é latente o relativismo cultural destas reportagens, constantemente estruturadas sob argumentos dicotômicos e fixidez de posições. Longe, portanto, da idéia de hermenêutica diatópica, “um exercício de reciprocidade entre culturas que consiste em transformar as premissas de argumentação de uma dada cultura em argumentos inteligíveis e críveis noutra cultura” (Santos, 1997, p.121).

Percebe-se que a contraposição estruturou várias reportagens do jornal americano *The New York Times* quando este tratava do etanol brasileiro, no ano de 2006. Em uma delas, a primeira a ser avaliada, a contraposição deu-se entre um Brasil já previamente conhecido do americano (desorganizado, imaturo e exportador de produtos primários, ou seja, um país dependente) e o Brasil novo (independente da importação de gasolina, o que o tornaria um país menos dependente do que os Estados Unidos). No entanto, ao longo do texto, fica claro que Brasil o repórter quer focalizar: o do atraso (daí o uso de palavras como “imaturidade” e “*commodities*”, que remetem a um Brasil antigo, parado no tempo).

João Feres Jr., fazendo uma releitura dos pares contraconceituais de Koselleck, tendo o cuidado de suspender o caráter histórico de sua análise e a

macronarrativa do ocidente que a permeia, isolou alguns tipos básicos de oposição assimétrica.

A oposição assimétrica é uma das formas semânticas que o desrespeito pode assumir quando articulado através da linguagem, e uma das mais radicais, pois o Eu vê no Outro somente reflexões invertidas de sua própria auto-imagem. Portanto, essa tipologia de formas de oposição assimétrica é também uma tipologia de formas de desrespeito (Feres Jr., 2005, p.42).

Uma destas formas de oposição assimétrica é a temporal, iniciada na modernidade com os tomistas espanhóis Bartolomeu de las Casas e José de Acosta, os quais se dedicavam a sistematizar etnologicamente os povos do Novo Mundo e determinar seus lugares, tendo como ponto mais alto na escala de desenvolvimento e medida de comparação a cristandade católica européia.

A oposição assimétrica temporal recai, na contemporaneidade, na teoria da modernização desenvolvida pela academia americana nas décadas de 1950 e 1960, pela qual opõe “um Eu ocidental, americano, capitalista-protestante, que é desenvolvido, a um Outro tradicional, que é simplesmente definido pela falta desses atributos” (Feres Jr., 2005, p.44). Ela servirá de base teórica para uma série de políticas externas dos Estados Unidos, “da Aliança para o Progresso à remoção forçada de centenas de milhares de camponeses vietnamitas de suas moradias na zona rural para grandes cidades” (Feres Jr., 2005, p.44). A idéia é uma só: salvar o outro do atraso.

A classificação das experiências diversas em atrasadas, primitivas, estagnadas ou tradicionais é próprio do viajante que carrega a casa dentro de si. E paralelamente à idéia de paralisia no tempo, portanto, à idéia de inferioridade temporal, seguem outras inferioridades: a social, por exemplo.

Dentro desta cadeia de oposições, aquilo que está num patamar abaixo da escala de tempo está abaixo na escala social. Se o Brasil destas reportagens está parado no tempo porque permanece essencialmente um exportador de *commodities* imaturo, isso significa que, socialmente, o país também permanece desorganizado e mal planejado, e por isso, os americanos não têm nada a aprender com aquela nova experiência social. Daí fecha-se o ciclo: o repórter lança-se ao objeto desconhecido a fim de torná-lo inteligível, mas ao lançar-se leva consigo uma forma, e retorna com o mesmo objeto que tinha antes de lançar-se.

Mas que tipo de discurso jornalístico permite que este ciclo se realize? O discurso baseado na forma dicotômica, pois a dicotomia invocará, invariavelmente, algum tipo de atraso e apagamento de experiências.

A dicotomia segue trabalhando não com a “hermenêutica diatópica” proposta por Boaventura, mas com a “hermenêutica do outro”, explicada por Certeau como uma “concepção da escrita, o trabalho de reconduzir a pluralidade dos percursos à unicidade do núcleo produtor” (Certeau, 1982, p.219). Uma operação de corte feita pela escrita, em que se traz de volta ao mesmo produtor os signos apreendidos com o outro, objeto de compreensão. As experiências do outro são, desta forma, interpretadas ou como desvios com relação ao que se vê no centro de referência, ou recortes e colagens insólitas do que está no centro. O outro acaba, portanto, retornando ao mesmo, ao que é conhecido.

Por esta razão, o ‘de-lá’ não coincide com a alteridade. Uma parte do mundo que aparecia inteiramente *outro* é reduzida ao *mesmo* pelo efeito da decalagem que desloca a estranheza para dela fazer uma *exterioridade* atrás da qual é possível reconhecer uma *interioridade*, a única definição do homem (Certeau, 1982, p.221).

Reconhecendo-se uma interioridade na exterioridade, o repórter retorna ao mesmo, ainda que na tentativa de falar do outro. O repórter fecha o ciclo, não o abre. Não troca, já vem com respostas.

O mesmo ocorre quando o repórter recorre à dicotomia a partir de uma inversão de posições. Dentro deste critério, em que o outro figura numa posição superior ao mesmo, permanece a escala comparativa. Substitui-se a versão americana de mundo por uma versão brasileira de mundo, o que dá no mesmo, pois ainda assim, resulta em apagamento de experiências.

A forma dicotômica de notícia trabalha com o “sim” ou “não”, quando poderia trabalhar em termos de “não” e “ainda não”, como explica Boaventura citando conceitos de Ernst Bloch.

O Não é a falta de algo e a expressão da vontade de superar esta falta. É por isso que o Não se distingue do Nada. Dizer não é dizer sim a algo diferente. O Ainda Não é a categoria mais complexa, porque exprime o que existe apenas como tendência, um movimento latente no processo de se manifestar. O Ainda Não é o modo como o futuro se inscreve no presente e o dilata. (...) Objetivamente, o Ainda Não é, por um lado, capacidade (potência) e, por outro, possibilidade (potencialidade) (Santos, 2002, p.22).

Trabalhar com a forma do “não” e “ainda não” é substituir o relativismo cultural pela idéia de uma impossibilidade de completude cultural e, por isso, admitir que nenhuma cultura está completa, por isso, pode ser enriquecida pela troca dialógica.

Já foi mencionada aqui a importância do trabalho de tradução (segundo a definição de Boaventura) no jornalismo, que substitui a teoria geral por uma inteligibilidade recíproca entre as experiências do mundo. Uma das perguntas que este autor faz a respeito do conceito de tradução é: “quem deve traduzir?”. Quem seriam os intelectuais cosmopolitas que realizariam esta tradução entre saberes e práticas de diferentes culturas?

Os saberes e as práticas só existem na medida em que são usados ou exercidos por grupos sociais. Por isso, o trabalho de tradução é sempre realizado entre representantes desses grupos sociais. O trabalho de tradução, como trabalho argumentativo, exige capacidade intelectual. (...) Trata-se de intelectuais fortemente enraizados nas práticas e saberes que representam, tendo de uns e de outras uma compreensão profunda e crítica. Esta dimensão crítica, (...), funda a carência, o sentimento de incompletude e a motivação para buscar noutros saberes ou noutras práticas as respostas que não se encontram dentro dos limites de um dado saber ou de uma dada prática (Santos, 2002, p.41).

Poderíamos pensar nos jornalistas, portanto, como um grupo social de intelectuais cosmopolitas. No entanto, para atingir o propósito da inteligibilidade mútua, é fundamental que eles tenham a razão cosmopolita como instrumento de tradução. Ou seja, é fundamental a consciência do jogo contra o aparelho.

Do contrário, não haverá inteligibilidade mútua entre experiências possíveis e disponíveis, e a razão cosmopolita dá lugar à razão metonímica, “que se reivindica como a única forma de racionalidade e, por conseguinte, não se aplica a descobrir outros tipos de racionalidade ou, se o faz, fá-lo apenas para as tornar em matéria-prima” (Santos, 2002, p.4).

Neste caso, é interessante notarmos como a reportagem “Much talk, mostly low key, about energy independence”, ao tornar credível a iniciativa brasileira apenas depois desta ter passado pelo crivo do mercado, procura aproximar o outro apoiando-se em critérios centristas de legitimação. O biocombustível apenas tornou-se algo credível aos americanos quando a iniciativa foi bem sucedida no mercado competitivo, ou seja, no que os americanos acreditam ser um critério de avaliação e valoração para uma iniciativa qualquer.

É a lógica da utilidade do discurso colonialista. Algo exterior a mim só faz sentido quando é útil segundo meus critérios. E neste caso, a utilidade estava fortemente ligada ao critério econômico.

O discurso utilitário permite ao sujeito do discurso manter-se em segurança, pois evita o contato. Daí recursos da prática jornalística, como procurar as mesmas fontes informativas para falar sobre algo novo, que acaba por redundar em discurso velho. Fala-se do mesmo, ainda que na enganosa tentativa de falar do outro.

É por isso que o último texto de Friedman brinca de escutar, sem efetivamente fazê-lo. O colunista faz perguntas com respostas prontas. Isso o mantém em posição segura, no controle. O texto é impositivo e autoritário, já traz reflexões concluídas.

Ao repórter que trabalha com a forma de notícia tradicional é extremamente penoso compartilhar a experiência do olhar, pois aquela lhe conduz a um discurso noticioso pedagógico. Mesmo quando tenta livrar-se de alguns de seus cânones – a terceira pessoa do discurso, por exemplo –, o jornalista se perde no autoritarismo da linguagem subjetiva, impondo sua opinião pessoal. É o caso de Larry Rohter, que se esforça em mostrar intimidade com o cotidiano brasileiro, mas nega sua condição de tradutor especial, pois se limita a impor seu olhar ao leitor.

A reportagem de Friedman publicada em 15 de setembro é a que se aproxima mais do ideal de tradução, pois o repórter aceita ser surpreendido, condição primordial do trabalho do intelectual cosmopolita. Repórter e leitor trabalham juntos na descoberta de uma experiência diversa. E, ao final, o colunista permite que o leitor tome a posição que desejar. Permissão marcada no texto pelo sinal de reticências.

O repórter, nesta situação de aceitar ser surpreendido, permite aflorar um “resto” daquilo que vê e ouve, ou seja, aquilo que não pode ser plenamente explicado, aquilo que permanece em aberto. São, conforme explica Certeau (1982), lapsos no discurso, que parecem desfazer sua função utilitária. O resto do discurso é o “in-audito”.

O in-audito é o ladrão do texto, ou mais exatamente, é aquele que é roubado ao ladrão, precisamente aquele que é ouvido, mas não compreendido, e portanto arrebatado do trabalho produtivo: a palavra sem escrita, o canto de uma enunciação

pura, o ato de falar sem saber – o prazer de dizer ou de escutar (Certeau, 1982, p.227)

O discurso jornalístico tradicional, fundado nos moldes do paradigma moderno, tem medo deste resto. Ele não aceita a existência do “in-audito”, ao contrário, tudo ele pretende mostrar, esmiuçar, dizer, explicar, reduzir para caber em explicações antigas e previamente concebidas. Permitir o “in-audito” no texto jornalístico é permitir que o outro floresça. É permitir a alteridade. É livrar-se da relação de posse com o objeto do qual se fala e dar uma orientação dialógica ao discurso.

A orientação dialógica não é o mesmo que preencher os espaços dos textos jornalísticos com diálogos entre repórter e fontes de informação. É possível escrever textos repletos de diálogos e o resultado final ser uma escrita estritamente monológica e autoritária, especialmente quando se oferecem alternativas de respostas prontas ao entrevistado (como feito na última reportagem analisada).

Analisando o discurso do pensamento estilístico tradicional, Bakhtin demarca a diferença entre discurso direto e dialogizante.

O discurso do pensamento estilístico tradicional conhece apenas a si mesmo (isto é, ao seu contexto), seu objeto, sua expressão direta, somente como um discurso neutro da língua, como um discurso de ninguém, como simples possibilidade. O discurso direto, tal como é entendido pela estilística tradicional, na sua orientação para o objeto encontra apenas a resistência do próprio objeto (a inexaustão da palavra, o seu caráter inefável), porém ela não encontra, no seu caminho para o objeto, a resistência substancial e multiforme do discurso de outrem, ninguém a incomoda nem a contesta (Bakhtin, 1988, p. 86).

Por isso, o discurso dialogizante leva ao discurso de outrem, ele é incomodado e contestado pelos discursos de outros. Bakhtin defende que a orientação dialógica é um fenômeno natural de todo discurso vivo.

Trata-se da orientação natural de qualquer discurso vivo. Em todos os seus caminhos até o objeto, em todas as direções, o discurso se encontra com o discurso de outrem e não pode deixar de participar, com ele, de uma interação viva e tensa (Bakhtin, 1988, p. 88).

O fato é que, como discurso vivo, o jornalismo não pode abster-se deste diálogo com o que lhe é exterior, entretanto, aceitar o dom natural de todo

discurso para o dialogismo e não seguir em frente na reflexão é ignorar também uma outra necessidade do discurso: a orientação para o “já dito”.

Todo discurso é orientado para a resposta e ele não pode esquivar-se à influência profunda do discurso da resposta antecipada. O discurso vivo e corrente está imediata e diretamente determinado pelo discurso-resposta futuro: ele é que provoca esta resposta, presente-a e baseia-se nela. Ao se constituir na atmosfera do ‘já dito’, o discurso é orientado ao mesmo tempo para o discurso-resposta que ainda não foi dito, discurso, porém, que foi solicitado a surgir e que já era esperado. Assim é todo diálogo vivo (Bakhtin, 1988, p.89).

Para Bakhtin, a solução está na compreensão ativa por parte do ouvinte, na qual este percebe o discurso alheio como oposição ou reforço, e o enriquece. A compreensão passiva permanece receptiva e visa apenas a reprodução de um discurso dado de antemão. Ela não enriquece o que foi compreendido, por isso, “o cômputo desta compreensão passiva por parte do falante não pode trazer nada de novo para o seu discurso, nenhum elemento, nenhum momento expressivo” (Bakhtin, 1988, p.90). Já a compreensão ativa soma-se àquilo que é compreendido.

Desta forma, ao repórter que visa ao jogo contra o aparelho resta esta compreensão ativa da fala de outrem, que é, antes de tudo, uma compreensão enriquecedora do discurso do próprio repórter. De acordo com Bakhtin, o eu pode ver o que o outro não pode, e vice-versa, por isso estas visões são complementares e o diálogo pressupõe esta autocompreensão através da alteridade. O dialogismo envolve heteroglossia (linguagens sociais diversas) e polifonia, porém, aqui é necessário parênteses, já que a multiplicação de vozes, por si só, pode ser menos transformadora do que poderia ou deveria ser. Não é possível esquecer os embates e relações contínuas de poder envoltos nestas vozes. Estas relações entre interlocutores têm a ver com o que Bakhtin chama de “tato”, determinado pelo conjunto de relações sociais dos sujeitos falantes.

Assim, como observa Robert Stam, o monologismo do noticiário de televisão pode ser travestido de dialogismo, e as relações de poder acabam por determinar as condições do encontro social e intercâmbio lingüístico.

Concebido como um simulacro de comunicação frente a frente entre duas pessoas, o noticiário evoca o tropo mestre, no âmbito do pensamento de Bakhtin – duas pessoas em diálogo -, mas na realidade a comunicação é unilateral, e não uma troca

entre iguais: antes de mais nada, é a comunicação de um transmissor poderoso que desfruta de acesso direto a milhões de indivíduos (Stam, 1992, p.64).

É preciso ressaltar que, no atual cenário de globalização, estas relações de poder são diferentes das relações de poder que surgiram com o paradigma moderno, e por conseguinte, exigem outro tipo de respostas por parte das ciências sociais que pretendem criticar este modelo e apontar saídas.

Conforme explicação de Santiago Castro-Gómez (2005), dentro do projeto moderno, as ciências sociais jogaram, desde seu início, como máquinas geradoras de alteridades submetidas aos ideais de racionalismo e humanismo.

A acumulação de capital tinha como requisito a geração de um perfil ideal do sujeito moderno: o homem racional. Aqueles que não se encaixavam neste perfil eram os “outros da razão”: o louco, o índio, o negro, o preso, etc. No entanto, a construção deste perfil de subjetividade ideal requeria a supressão destas diferenças. As ciências sociais então se convertiam, ao lado do Estado moderno, em peça fundamental neste projeto de organização e controle da vida humana.

Todas as políticas e instituições estatais modernas foram criadas com o intuito de disciplinar e submeter o tempo e o corpo dos indivíduos a uma série de normas definidas pelo conhecimento. A invenção do outro na modernidade estava estreitamente vinculada aos dispositivos de saber/poder, a fim de suprimir o diferente. O poder era essencialmente disciplinar.

Na contemporaneidade, entretanto, alguns autores já falam em final do projeto moderno, e também em novas formas de poder.

Castro-Gómez defende que a modernidade deixou de ser operada como um projeto, na medida em que o social passou a ser configurado por instâncias que escapam ao controle do Estado nacional. Se o Estado não é capaz de organizar a vida social e material das pessoas, então o projeto moderno chega ao fim no momento em que a globalização se firma, pois este é o momento da governabilidade sem governo. A sujeição ao sistema-mundo já não se assegura mais mediante o controle do tempo e corpo, mas antes pela produção de bens simbólicos e pela sedução irresistível que estes exercem sobre o imaginário do consumidor.

O poder *libidinal* da pós-modernidade pretende modelar a totalidade da psicologia dos indivíduos, de tal maneira que cada um possa construir reflexivamente sua própria subjetividade sem necessidade de se opor ao sistema. Pelo contrário, são os *recursos* oferecidos pelo mesmo sistema que os permitem a construção diferencial do ‘Selbst’. Para qualquer estilo de vida que alguém eleja, para qualquer projeto de auto invenção, para qualquer exercício da própria biografia, sempre há uma oferta no mercado e um “sistema inteligente” que garanta sua confiabilidade. Antes do que reprimir as diferenças, como fazia o poder disciplinar da modernidade, o poder libidinal da pós-modernidade *as estimula e as produz*.³² (Castro-Gómez, 2005, p.8).

Em tempos de poder libidinal, como defende Castro-Gómez, afirmar que não existem regras definidas de antemão, acreditar que são os próprios jogadores que constroem as regras do jogo que desejam jogar, é ignorar o sistema-mundo produtor de diferenças que se baseia em regras destinadas a todos os jogadores do planeta.

Entendamos: a morte dos meta relatos de legitimação do sistema-mundo não equivale à morte do sistema-mundo. Equivale, isso sim, a uma mudança das relações de poder *no interior* do sistema-mundo, o qual gera novos relatos de legitimação, como o proposto por Lyotard. Só que a estratégia de legitimação é diferente: já não se trata de meta relatos que mostram ao sistema, projetando-o ideologicamente em um macro sujeito epistemológico, histórico e moral, mas sim de micro relatos que o deixam *por fora da representação*, quer dizer, que o inviabilizam³³ (Castro-Gómez, 2005, p.10).

Por este poder libidinal perpetrar a invisibilidade dos sujeitos é que se torna necessária uma nova ciência social, a qual torna visíveis mecanismos novos de produção das diferenças em tempos de globalização. E se uma nova ciência social faz-se necessária, também um novo jornalismo deve ser pensado.

As narrativas tradicionais do jornalismo, de origem moderna, são o que Fernando Resende (2004) define como “narrativas enclausuradas”, cujo discurso

³² Tradução minha. No original: “El poder *libidinal* de la posmodernidad pretende modelar la totalidad de la psicología de los individuos, de tal manera que cada cual pueda construir reflexivamente su propia subjetividad sin necesidad de oponerse al sistema. Por el contrario, son los *recursos* ofrecidos por el sistema mismo los que permiten la construcción diferencial del ‘Selbst’. Para cualquier estilo de vida que uno elija, para cualquier proyecto de autoinvención, para cualquier ejercicio de escribir la propia biografía, siempre hay una oferta en el mercado y un “sistema experto” que garantiza su confiabilidad. Antes que reprimir las diferencias, como hacía el poder disciplinar de la modernidad, el poder libidinal de posmodernidad *las estimula e las produce*.”

³³ Tradução minha. No original: “Entendámonos: la muerte de los metarelatos de legitimación del sistema-mundo no equivale a la muerte del sistema-mundo. Equivale, más bien, a un cambio de las relaciones de poder *al interior* del sistema-mundo, lo cual genera nuevos relatos de legitimación como el propuesto por Lyotard. Solo que la estrategia de legitimación es diferente: ya no se trata de metarelatos que muestran al sistema, proyectándolo ideológicamente en un macrosujeto epistemológico, histórico y moral, sino de microrelatos que lo dejan *por fuera de la representación*, es decir, que lo invisibilizan.”

está pautado pela necessidade de transparecer a verdade e recai, em grande parte, no autoritarismo do enunciado regrado. Uma possibilidade de fugir deste modelo é partir do conteúdo à forma.

Se, no campo da produção de conhecimento acerca do jornalismo, uma das preocupações constantes é a mensagem, vale ressaltar, reconhece-se que tal reflexão se completa e se exaure nas questões que se tecem acerca do seu conteúdo, dirimindo as possibilidades de se encontrarem alternativas outras que não agir de acordo com as lógicas que demarcam esse campo. Nesse sentido, propor que se direcione o olhar à narrativa significa dar primazia ao ato jornalístico como prática discursiva, muito antes de privilegiar conceitos que aparentemente fundam todo e qualquer campo de conhecimento (Resende, 2004, p.4).

Portanto, é na forma da notícia que procuraremos encontrar o “in-audito”, o resto de outrem que escapa ao discurso totalizante e onisciente. Talvez na forma resida o aspecto dialogizante da narrativa jornalística, talvez aí ocorram os embates do fotógrafo contra o aparelho. De partida, sabemos que a forma dicotômica somente serviu como apagadora de experiências sociais. Resta-nos investigar formas outras mais enriquecedoras, porém, conscientes de que as redes de poder são cada vez mais libidinais e menos disciplinadoras.